

PROJETO PROGRAMA AUTONOMIA: SER E ESTAR NO MUNDO A PARTIR DOS JOVENS CONCLUINTES

Autor: Tatiane Pacheco de Mattos; Co-autor: Adriana do Nascimento Barbosa dos Santos;
Co-autor: Tiago Dionisio da Silva; Co-autor: Denise Fernandes da Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, prof.tatianerj@gmail.com; Universidade Estadual do Rio de Janeiro, adriananbds@gmail.com; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tiago_dionisio@hotmail.com.br; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, denisefernandese@gmail.com

Resumo: Os dados dos Índices da Educação Básica de 2010 divulgados pelo Ministério da Educação fora o pior fluxo a nível nacional, a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro implementou o “Programa Autonomia” que tinha como objetivo reduzir a distorção série-idade e com isso corrigir o fluxo escolar das Unidades, reunindo em grupos alunos que tinham em seu histórico a repetência. A partir da política de aceleração projetada pelo Programa Autonomia temos como objetivo neste trabalho descortinar uma política de aceleração que ocorreu no período de 2012 e 2013 no Colégio Estadual Dom Pedro de Alcântara para que possamos saber onde estão e o que fazem os egressos deste projeto. Como objetivos específicos buscaremos compreender se de fato a política pública de aceleração atingiu nesses alunos a formação básica do cidadão que a LDB nº 9394/96 propõem; Verificar se a proposta do Programa atendeu aos anseios desses alunos; E que perspectivas de cidadania o “Programa Autonomia” trouxe para o alunado. Baseado em uma pesquisa de cunho qualitativa, buscamos reunir os egressos do Programa que pudessem contribuir com respostas, por meio de entrevistas, e assim alcançarmos os objetivos previamente traçados. A partir das contribuições dos egressos, verificamos que as categorias subjetividade e identidade ficaram claras nos relatos dos entrevistados, bem como a relação entre educação e trabalho. Nesse contexto, consideramos que apesar das políticas terem com horizonte a melhora dos índices e a diminuição da distorção entre série e idade, o ensino e aprendizagem vão além dos números. Acreditamos que as relações nas escolas são complexas e por isso vão além do horizonte cognitivo ou normativo. De certo que em meio ao contexto entrará em jogo esperanças e frustrações na construção de identidade de muitos jovens, que inicialmente tem apenas como intuito a conclusão do ensino médio.

Palavras-chave: Defasagem idade-série, correção de fluxo, egressos do Programa Autonomia.

INTRODUÇÃO

A repetência e a evasão escolar no país possuem índices elevados, que vem sendo sinalizados como medida para implantação de políticas públicas para a educação brasileira. Dados esses que podem ser encontrados na Plataforma do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP¹).

O atraso escolar promovido pela repetência e evasão eclodiu na distorção idade-série, ou seja, um aluno deve ser matriculado no 1º ano de escolaridade do Ensino Fundamental (EF) aos 6 anos², tão logo concluir o EF ao término do 9º ano de escolaridade aos 14 anos de idade. Durante esse percurso, uma sequência de acontecimentos colabora para que esse aluno aos 14 anos ainda não tenha concluído o EF.

¹ Portal INEP < <http://www.inep.gov.br/>>.

² Lei nº 11.274 de 2006.

Magalhães (2014, p. 13) considera que “o valor da distorção é calculado em anos e pode ser demonstrado quando o aluno está dois ou mais anos acima da idade prevista para ele na respectiva série”.

Essa morosidade em concluir o EF estende a vida escolar do aluno para além de 9 anos. Na década de 1990 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) já chamavam a atenção para o tempo que o aluno permanece na escola, “cerca de 11,2 anos para concluir as oito séries de escolaridade obrigatória”, pois o documento considerava o ensino fundamental em 8 anos, devido ser anterior a Lei nº 11.274 de 2006. (BRASIL, 1997. p. 19).

O Censo (INEP, 2010) divulga outras taxas de distorção idade-série, a nível nacional a distorção idade-série de 5º ao 9º ano se revela em 29,60% dos estudantes. No Estado do Rio de Janeiro, foco desta pesquisa, revela que 35,10% dos estudantes mantém o *status quo* de distorção idade-série.

As retro informações se fazem pertinentes para a compreensão da necessidade de avançarmos em políticas educacionais, visto que a defasagem idade-série persiste e ainda é latente nas escolas.

Em respostas a essa defasagem, o Brasil e os Estados buscam, dentro do seu campo de autonomia, promover o planejamento em suas políticas educacionais. Nesta comunicação de caráter qualitativo o campo de pesquisa será limitado a uma escola, o Colégio Estadual Dom Pedro de Alcântara³, na cidade de Mesquita, Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O objetivo deste trabalho não é avaliar as políticas educacionais do Estado do Rio, e sim, descortinar uma política de aceleração intitulada de Projeto “Programa Autonomia” que ocorreu nos anos de 2012 e 2013 no referido Colégio para que se possa obter informações sobre os egressos deste projeto.

Passado três anos da conclusão do EF desses alunos no formato Projeto “Programa Autonomia”, ficam os questionamentos. Será que essa política pública atingiu nesse grupo de alunos a formação básica do cidadão que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96 propõem? A proposta do Projeto “Programa Autonomia” atendeu aos anseios desses alunos? Que impacto social o Projeto “Programa Autonomia” trouxe para esses alunos?

O primeiro questionamento pediu uma leitura atenta a LDB nº 9394/9, aos seus objetivos, e a correlação com os egressos do projeto, conforme os PCNs: “ensino proposto pela LDB está em função do objetivo maior do ensino fundamental, que é o de propiciar a todos formação básica para a cidadania” (BRASIL, 1997. p. 15).

³ Optou-se em utilizar um pseudônimo na escola para manter a integridade da mesma.

Em primeiro momento será desenhado o conceito e motivações do Projeto “Programa Autonomia”, juntamente com seu contexto histórico-político no Estado do Rio de Janeiro. Por conseguinte, apontaremos contradições e reflexões a partir dos estudantes de Mesquita, discorrendo sobre a prática pedagógica e relação escola/aluno.

Para compreender este processo social foi necessário um arcabouço metodológico sofisticado. Partindo da pesquisa bibliográfica e desaguando na técnica de grupo focal, que posteriormente se consolidou em entrevista devido o número pequeno de participantes presentes. Apesar dos esforços para reunir um número de dez participantes, a pesquisa averiguou o universo de dois participantes, o que permitiu um estudo mais profundo sobre as questões levantadas sobre as impressões dos egressos no tema proposto. Incluindo o uso de gravação audiovisual, a qual permite que as riquezas de detalhes não se percam e seja possível revisitar quando necessário.

O roteiro para a entrevista já possui um breve panorama por conta a pauta para o grupo focal com uma breve visão antecipada do das informações que se pretender obter (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Após coleta de informações e da construção da análise do Projeto “Programa Autonomia” que encerra com o ciclo do o tratamento do material, para a teorização sobre os dados, foi possível considerar duas categorias:

I. subjetividade/identidade

II. trabalho e educação

Nessa perspectiva, foi possível compreender que as subjetividades/identidades dos educandos estavam em processo de construção, visto que as razões de estarem inseridas no contexto do Programa eram diversas, todavia semelhante no que tange as questões de dificuldades de aprendizagem e consequentemente na distorção série-idade. No aspecto categoria II, é visto que toda a perspectiva dedicada e desempenhada por meio do Programa deságua como rio na relação trabalho e educação como forma de preparação do indivíduo para o mercado de trabalho.

Contexto Histórico Político no Estado do Rio de Janeiro

A taxa de distorção idade-série do Estado do Rio de Janeiro divulgadas pelo INEP referente ao ano de 2010 (2017)⁴, registra 28%. Esse índice sobe para 46,3% quando se trata apenas da Rede Estadual na área urbana. Levando em consideração que a escola mantenedora

⁴ Na soma de 28% estão inseridas as redes privadas, municipais, estaduais e federais. E também incluem as escolas em áreas rurais e urbanas.

do Projeto “Programa Autonomia” em questão era de EF do 2º segmento, ou seja, do 6º ao 9º ano de escolaridade, e pertencente à rede Estadual e está, localizada na área urbana, salientamos uma taxa 48,2%, conforme tabela:

Tabela 1. Taxa de distorção idade-série

Taxa de distorção idade-série Estado RJ	Fundamental 1º e 2º segmento	28%
Taxa de distorção idade-série Rede Estadual/urbana	Fundamental 1º e 2º segmento	46,3%
Taxa de distorção idade-série Rede Estadual/urbana	Fundamental 2º segmento	48,2%

Fonte: Tabela adaptada com dados extraídos do Portal INEP

Com taxas tão impressionante é possível construir ações de recuperação através do artigo nº 24, inciso V, alínea b da LDB nº 9394/96:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

Ao falarmos de alunos com atraso escolar na escola pública brasileira é possível perceber marcas claras no que se refere à evasão, especialmente entre jovens e adolescentes. Conforme Lopes e Santos (2015), uma série de fatores poderiam ser responsáveis pelo desinteresse desse público. Muitas vezes movido pela repetência, pela necessidade de trabalhar e contribuir com o sustento familiar.

Ao verificamos as contribuições políticas brasileiras, veremos que, como forma de diminuir a evasão e o abismo entre a escola e o público de jovens e adolescentes foram instituídas as Emendas Constitucionais Números 14/1996; 53/2006 e 59/2009, que foram inseridas no Art. 208 da Constituição Federal/1988, as quais tornaram a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiverem acesso na idade própria”⁵.

Além disso, instituiu o Programa Bolsa Família através da Lei 10.836/2004 que tem como princípio que haja frequência mínima de 85% na escola, para crianças e adolescentes na faixa de 6 a 15 anos, e de 75%, para adolescentes de 16 e 17 anos⁶.

⁵ Portal do Planalto. Disponível em < www.planalto.gov.br/constituicao>. Acesso em 10 de julho de 2017.

⁶ Portal do Planalto. Disponível em < www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/10.836.htm>. Acesso em 10 de julho de 2017.

Os dados abaixo apresentam o perfil do lugar que o Colégio e os jovens estão inseridos.

População (CENSO 2010): 168.376 habitantes
Famílias inseridas no Cadastro Único: 18.127 famílias
Famílias beneficiárias do PBF: 8.807 famílias
% da população beneficiada pelo PBF: 13,72% aproximadamente
Valor transferido no mês de julho de 2017 aos beneficiários: R\$ 1.645.349,00
Valor médio do benefício: R\$ 186,82 por família
(Bolsa Família e Cadastro único no seu Município, 2017)

Nesse contexto, é possível perceber que o espaço do qual nos referimos tem 13,72% de sua população atendida pelo Programa Bolsa Família e inseridos no Cadastro Único, um instrumento de classificação e identificação de famílias de baixa renda, portanto, nos permitindo dizer que o público do qual falamos podem ser considerados jovens de baixa renda e que vivem nas periferias.

Em meio ao contexto de evasão, políticas de permanência e referência do público do qual nos referimos, vão ao encontro do que Leão e Carmo (2014) compreendem que os estudantes adolescentes e jovens têm tido dificuldades para se adaptar ao tipo de escola que temos atualmente. Para o autor, ao se engajarem em tarefas predeterminadas pelo professor, essas não expressam nenhuma ou pouca autonomia. Igualmente o tempo e espaços fragmentados são contribuintes para ausência de atividades diversificadas no cotidiano da juventude. Falta tempo para interação e para o debate e os momentos de encontro e de diálogos são poucos e muitas vezes não ultrapassam os limites das salas de aula.

Em meio ao debate da relação escola e aluno temos como constatação que as desigualdades e os contextos históricos e sociais contemporâneos retratam a necessidade de se compreender os inúmeros desafios postos para o público de estudantes adolescentes e jovens do nosso país. Havendo, portanto a necessidade de se entender o contexto social desses jovens, de modo que sejam inseridos e motivados pelos processos educativos e escolares, apesar do reconhecimento de que esta não é nem tão pouco será uma tarefa fácil.

A Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) como forma de diminuir as taxas de distorção idade-série e também o hiato estabelecido pela relação escola e aluno instituiu por meio da Resolução SEEDUC nº 4295/2009 normas para o funcionamento do Projeto “Programa Autonomia” visando correção de fluxo escolar em distorção idade-série (DOERJ, 2009).

Através do Contrato nº 38/2008 com duração de vinte meses, firmado com a Fundação

Roberto Marinho teve como objetivo acelerar os estudos de alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Rede Estadual do Rio de Janeiro que se encontram em distorção idade-série através da metodologia da Telessala no Projeto Autonomia (DOERJ, 2008).

O PROGRAMA AUTONOMIA PELAS REFLEXÕES E SUBJETIVIDADES

O laboratório de pesquisa deste trabalho iniciou em novembro de 2012 na turma de aceleração do Colégio Estadual Dom Pedro de Alcântara, sito a cidade de Mesquita, no universo de 35 alunos que faziam parte dos 332 reprovados em 2012 na unidade escolar, se somavam ao todo 1.320 alunos que compunham o 2º segmento do EF e o EM. Sendo evadida a quantidade de 234 alunos.

Seguimos com uma pesquisa de cunho qualitativa, que de acordo com Minayo (1993, pag. 14) “em que a realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante”, que puderam por meio de entrevistas com dois ex-alunos e uma professora do “Programa Autonomia” responder perguntas previamente estruturadas.

Após algumas tentativas sem sucesso, para reunir o grupo de dez ex-alunos, pois os mesmos estavam constantemente envolvidos em atividades remuneradas ou resolvendo algum problema de cunho pessoal, foi possível no dia de 03 de junho de 2017, em uma manhã de sábado encontrar dois ex-alunos que serão apresentados aqui pelos codinomes Vitória e Júnior, e também a professora que lecionava neste período no Projeto.

O encontro aconteceu na casa de Vitória, na laje da sua casa, diante de um sol irradiante. Após alguns ensaios diante da câmera, Vitória se preocupava em retirar os lençóis da corda, sendo solicitado pelo operador de câmera que deixasse o cenário do jeito que estava. Lembrando que a proposta inicial era um grupo focal, explicando a presença do operador de câmera.

Ainda era possível ouvir Cidinho e Doca cantando “Estrada da Posse” reproduzido ao som de alguma casa do entorno. Depois de alguns minutos de deslumbres com a vista lá do alto, sentamos e iniciamos as entrevistas.

Iniciamos como uma dinâmica, sendo apresentadas à Vitória e Júnior quatro folhas ofícios, em cada uma havia a inscrição: trabalho, família, espiritual e estudo. Solicitamos que segurassem os alvos alcançados pós-autonomia a partir dos ofícios.

Júnior preferiu começar e responde inicialmente que nenhum objetivo foi alcançado. Depois de algumas investidas dos entrevistadores, é revelado aos

poucos o que está sendo construído. Logo lhe é perguntado o quer alcançar, e nos é respondido que é o trabalho e estudo.

Vitória aponta para a folha com o alvo estudos. Diz ter se empenhado mais depois das aulas de departamento pessoal e afins ocorridas no último módulo.

É solicitado que Junior se identifique, e este responde nas seguintes ordens: nome, endereço, idade e acabou comentando como entrou no Projeto Programa Autonomia, diz que não gostou da forma que ingressou. Diz que foi através de uma carta, e após se apresentar no colégio que já era matriculado no ensino regular se sentiu intimidado a frequentar, sem nenhuma alternativa a não ser solicitar transferência de unidade escolar. Mas faz questão de ressaltar que repetiu apenas na antiga 7ª série, reconhecendo que teve matérias que não lhe interessavam.

Vitória se identifica na mesma ordem que Júnior. Diz que entrou no programa pela repetência de um ano. Vitória diz que no início achava as aulas chatas, mas depois foi gostando. Demonstra estar apreensiva, pois ainda não está cursando o Ensino Superior em psicologia, conforme desejava. Ressalta que tem se dedicado ao estudo, apesar de se considerar atrasada por ter dedicado muito tempo ao teatro.

Vitória estava em uma Companhia de Teatro profissional e conta que deixou por escolhas e questões espirituais, pois por fazer parte do grupo de jovens que cantam em sua congregação, entendeu que precisava escolher entre as duas atividades. O seu ingresso no teatro foi devido a uma determinada carga horária de atividades culturais que os alunos deveriam cumprir, segundo orientações da professora.

A professora neste momento explica que essa carga horária foi elaborada por ela, visto que o programa iria ser interrompido quatro meses antes do previsto devido a falta de recurso financeiro do Estado, conforme explicado em reunião que participou. E para que os alunos não tivessem tanto impacto negativo, sigilosamente instituiu essa proposta dizendo que só se formariam os que cumprissem a carga horária de eventos culturais. Tal revelação da professora causou espanto e risos dos participantes.

Júnior diz que andou um tempo desorientado e não teve apoio, não teve abraços e nem ajuda para resolver as coisas que enfrentou sozinho. Diz ter se encontrado na religião. Após transitar por religiões evangélicas no momento participa da Umbanda, a qual frequenta atualmente, embora não possui a certeza de querer se instituir como membro. Reconhece demonstrar ser forte, mas senti ser fraco. Revela que residia com a mãe até os 7 anos de idade, mas com o falecimento da mesma, vítima de bala perdida, foi

morar com o pai, que antes era um desconhecido. Com quem continua morando.

Apesar de ter morado sozinho por um tempo, em um passado recente. Todavia, diz não perceber uma relação de família. Teve a companhia da avó que morava no mesmo quintal, que hoje já é falecida. Teve também a companhia da irmã, esta morava com o pai por ter perdido a mãe também.

Vitória, a outra entrevistada, por sua vez, não relata dificuldades quando aborda a família, parecendo serena e pontua algumas situações que se assemelham ao padrão familiar imposto socialmente.

A professora traz a lembrança de uma atividade feita com a escrita de alguns objetivos e procura saber se os objetivos foram alcançados após o término do projeto. Ambos relatam que sim. Vitória buscou objetivos espirituais. Junior responde positivamente, pois segundo ele, havia escrito que iria servir as forças armadas.

Foi perguntado se o “Programa Autonomia” favoreceu o pensar no futuro e construir planejamentos. Junior concorda, mas traz a ressalva de que não foi por conta da maturidade que adquiriu com o passar desses anos, e sim pelo lado social que experienciou no Projeto. Relata que durante os encontros do “Programa Autonomia” não era exposto somente os conteúdos de matemática ou geografia, mas também eram tratados assuntos de convivência do dia a dia com intimidade, pois era uma convivência diária por dois anos com a mesma professora, ao contrario do regular, onde pouco se vê o professor⁷.

Vitória acrescenta que as atividades eram prazerosas, “rolava” sempre um debate. A professora relata que buscava estratégias para se aproximar do universo de cada um, tentando compreender e não julgar. Justifica que, mesmo que a matéria não fosse aplicada, havia tempo no dia seguinte para isso. Havendo dias em que os alunos gostariam de ser apenas ouvidos.

Sobre as aulas, os vídeos às 8 hora da manhã eram considerados chatos. Porém com a chegada da nova professora a dinâmica mudou.

A professora diz que utilizava as estratégias que utilizava com a turma de 5º ano dos anos iniciais que lecionava em outra rede. Buscava ser dinâmica, interagir o tempo todo os deixando ocupados.

Foi perguntado se sofriam *bullying*... Junior diz que sofria em casa, era muito melhor está no Autonomia, e lembra o dia do café da manhã na sala. Em relação aos outros alunos do regular que conviviam em áreas comuns, ouviam que eram “burros”, sentiam-se depreciados e

⁷ É importante ressaltar que a professora que participou da entrevista não é a mesma que iniciou o projeto.

inferiorizados. Mas tentavam superar sem dá atenção para estes, mostrando justamente ao contrário do que diziam.

Júnior e Vitória relatam que sentiram dificuldades quando ingressaram no Ensino Médio do regular. Eram muitas matérias e um ritmo completamente diferente do que estavam acostumados no “Programa Autonomia”.

Mas elogiam a rede de ensino do Estado. Diz que consegue encontrar no colégio os diferentes grupos. Júnior diz que é possível encontrar sua identidade no colégio do Estado. Aponta que têm os grupo dos roqueiros, dos esportista, do teatro, e tantos outros. Diferentemente do município, considerando os alunos uma espécie de robozinhos.

É perguntado para Junior qual será a próxima estação, é nos dito que é a liberdade, pois gosta da escola, mas não quer retornar para ela. Ressalta não aceitar mais ser oprimido e acaba relatando uma situação de preconceito vivida em Ipanema, cujo lhe fez chorar por perceber o racismo. Diz está pronto para ir para o embate e combate se necessário. E elogia a militância do movimento negro.

Vitória auto declarada negra, todavia diz não lembrar-se de situações de preconceito. Apenas cita que pessoas a pedem para alisar os cabelos, negando assim com naturalidade sem compreender a agressividade da questão. Ela lembra ainda que a sala era composta na sua maioria por alunos negros. Junior concorda e ressalta que a maioria dos alunos de colégio público são negros. Vitória interrompe, dizendo que as pessoas devem pensar que todo negro é burro.

Para encerram a entrevista é perguntado para ambos sobre o que é ser jovem. Os ex-alunos dizem que é um peso. Alegam que pessoas fazem cobranças a todo tempo sobre trabalho, formação e ainda recebem culpas, sinalizando que é muito complicado.

São feitos os agradecimentos e nos despedimos trocando telefones e com promessas de retornar, pois ficou claro que o trabalho de campo foi muito agradável.

CONCLUSÕES

“Afinal, que resultados desejamos? Ou seja, precisamos definir com clareza o que queremos, a fim de produzir, acompanhar (investigar e intervir, se necessário) para chegar aos resultados almejados” (LUCKESI, 2011, p.27).

A consideração que Luckesi faz nos conduz ao processo de reflexão sobre o modelo de educação que estamos reproduzindo e oferecendo aos alunos. Muitas das vezes munidos dos discursos dos ditames socialmente predominantes, não

compreendemos com clareza os conceitos de educação com qualidade.

Não é possível deixar de registrar neste pequeno artigo que o Brasil tem passado por um momento turbulento no que se refere às políticas nacionais e públicas. Assim também no “Programa Aceleração”, que deixou registrado de que acelerou centenas de alunos. Todavia cabe refletirmos sob que perspectiva.

A proposta da pesquisa foi nos desnudar dos conceitos arraigados e simplesmente compreender a beleza e riqueza da diversidade do que está posta, sem nenhuma avaliação com juízo de valores.

São dois ex-alunos com perfis totalmente diferentes, que tiveram apenas uma repetência, os levando para o programa de correção de fluxo. Embora residam no mesmo município, e tenham estudado no mesmo colégio, percebemos a heterogeneidade latente entre eles, inclusive nas percepções que possuem.

Júnior acredita não ter alcançado nenhum objetivo após conclusão do EF através do “Programa Autonomia”, a não ser o de curso prazo que era servir as forças armadas. Talvez sua resposta tenha sido influenciada pela dinâmica de alvos apresentados, o que pode ter tolhido seus pensamentos.

Após sua identificação formal, com o passar dos minutos foi possível fazer nova apresentação através da exposição da sua fala. Compreendemos que Júnior com sua personalidade marcante é político e tem adquirido empoderamentos através dos espaços que transitou e acúmulo de suas experiências. Sua percepção sobre vida e futuro é para além das instituições de ensino, compreende a sociedade como instituição de formação.

Vitória percebe a instituição de ensino como válvula para seu próximo objetivo que é ingressar no Ensino Superior. Tem construído sua identidade e perspectivas de futuro pelos espaços que transita, inclusive no teatro e no local de congregação. Tem se cobrado pelo avançar da idade, mas não tem se impactado com situações veladas de racismo que lembra ter vivido, embora reconheça a existência do preconceito inclusive o que alcança as escolas públicas.

O objetivo em curto prazo de Vitória também foi alcançado. Ela parece manter um estado de equilíbrio linear tanto na sua configuração familiar, quanto sua vida espiritual.

No que tange o curso do Ensino Médio, ambos sentiram dificuldades para concluir. E parecem se sentirem acolhidos na turma do Programa Autonomia. Fato que pode ser recebido influencia das variáveis metodologia e prática docente.

Outro relato que consideramos significativo, é o de que os alunos se sentiam pressionados em se formar, devido ao trabalho diferenciado promovido pela professora. Além da pressão sentida pelos entrevistados, outro sentimento relatado era o de inferioridade pelo fato de não estarem inseridos no contexto de uma sala de aula comum e também demonstrado por parte dos professores e também dos demais colegas da escola, igualmente conforme reflexões feitas em Magalhães (2014).

Tendo em vista a pressão sentida e o sentimento de inferioridade, ora superado, relatado pelos entrevistados. Outro sentimento que sobrepôs os anteriores foi o da relação de compromisso tida pelos alunos em concluir o Programa como forma de superar os sentimentos negativos que demonstraram sentir. Nesse contexto, indo ao encontro das contribuições vistas em Leão e Carmo (2014) de que “as relações dos jovens com a escola são complexas, pois vão além do horizonte cognitivo ou normativo” [...] entrando em jogo suas esperanças, frustrações e construção de identidade”.

Atualmente os estudantes entrevistados concluíram o Ensino Médio. De acordo com a percepção dos pesquisadores o Programa não é determinante a ponto de garantir um futuro melhor. Nesse sentido, é necessário buscar os próprios caminhos para alcançar seus objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BRASIL, Portal do Governo Brasileiro. Bolsa família e Cadastro Único no seu município. Disponível em < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 26/07/2017.

_____, Portal do Planalto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 20 de maio de 2017.

_____, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

GERHARDT , Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica

– Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Taxas de distorção idade-série. Disponível em < www.inep.com.br >. Acesso em 21/05/17.

LEÃO, Geraldo. CARMO, Helen Cristina do. Os jovens e a escola. In CORREIA, Lycinia Maria. Alves, Maria Zenaide. Maia, Carla Linhares (Org.) Cadernos temáticos. Juventude brasileira e ensino Médio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014

LOPES, Maria Marta da Silva. SANTOS, Luiz Alberto dos. EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO. 1 Rede Municipal de Educação de Goiânia - mariamarta1975@hotmail.com 2 Rede Municipal de Educação de Goiânia - albertocd@bol.com.br Recebido em: 08/09/2015 – Aprovado em: 14/11/2015 – Publicado em: 01/12/2015. DOI: http://dx.doi.org/10.18677/Enciclopedia_Biosfera_2015_269.

LUCKESI, Carlos Cipriano. *Avaliação da aprendizagem* – componente do ato pedagógico. 1ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

MAGALHÃES, Luciana Gomes. Estudo do Programa Autonomia em três escolas em Nova Iguaçu/RJ: Possibilidades de diminuir a distorção idade-série. Dissertação de mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. MG, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1993.

RIO DE JANEIRO. DOERJ, Poder Executivo. Ano XXXIV, nº 237, Parte 1. 18 de dezembro de 2008. Rio de Janeiro. RJ.

RIO DE JANEIRO. DOERJ, Poder Executivo. Ano XXXV, nº 099, Parte 1. 05 de junho de 2009. Rio de Janeiro. RJ.